Terca-Feira, 20 de Outubro de 2026

Operação Ad Rem: Polícia Civil sequestra patrimônio de facção criminosa em Várzea Grande e Chapada dos Guimarães

Polícia Civil de Mato Grosso cumpre mandados e bloqueia bens ligados ao tráfico de drogas em operação contra crime organizado

A Polícia Civil de Mato Grosso executou, na manhã de segunda-feira (19), a **Operação Ad Rem**, destinada ao cumprimento de determinações judiciais focadas no desmantelamento financeiro de organização criminosa e na apreensão de bens vinculados a atividades ilícitas.

O procedimento envolveu a execução de seis mandados de busca e apreensão, bloqueio judicial de cinco imóveis e a decretação de uma prisão preventiva, todas as medidas autorizadas pelo Poder Judiciário com base em investigações realizadas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado e Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (GCCO/Draco).

Constituindo desdobramento da **Operação Ruptura CPX**, iniciada em março deste ano, a fase de apreensão patrimonial atingiu quatro propriedades em Várzea Grande e uma propriedade agrícola localizada na região do Rio dos Peixes, na área entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

As investigações evidenciaram a utilização de parentes e pessoas interposta para dissimular patrimônio, abrangendo imóveis utilizados em atividades comerciais e uma gleba rural transacionada por aproximadamente R$ 180 mil, com desembolso de R$ 100 mil mediante dinheiro em espécie.

A operação contemplou ainda a nova decretação da prisão preventiva de um suspeito identificado como coordenador das operações de tráfico e responsável pela coleta e administração de recursos financeiros da organização. Anteriormente preso na **Operação Ruptura CPX**, o investigado obteve a extinção da prisão preventiva quando seus defensores argumentaram tratar-se meramente de intermediário utilizado para transações bancárias.

À medida que as investigações avançaram, emergiram evidências de que o indivíduo participava também da supervisão de inventários, distribuição de substâncias entorpecentes, supervisão de locais de comercialização de drogas e controle dos recursos financeiros de demais membros da facção. Os inquéritos apontaram ainda aproximadamente R$ 661 mil em transações financeiras associadas aos fatos investigados em um dos intervalos analisados.

De acordo com o delegado coordenador das investigações, Anteno Junior Pimentel Marcondes, a **Operação Ad Rem** demonstra o compromisso da Polícia Civil em combater os aspectos econômicos e patrimoniais das organizações criminosas. "As decisões judiciais recentes visam evitar que recursos oriundos de práticas criminosas sejam mantidos ou reinvestidos em estruturas de crime organizado", afirmou o delegado.